



**Estratégia**  
CONCURSOS

**2º SIMULADO TÉCNICO**

**MPU**

## CARTÃO DE RESPOSTAS - SIMULADO TÉCNICO MPU

**NOME:**

### INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as respostas neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva. Não amasse, não dobre nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do Ranking Geral do MPU.
- O formulário pode ser acessado na página do **MPU** no Blog do **Estratégia Concursos**.

### FOLHA DE RESPOSTAS

	CERTO	ERRADO
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

	CERTO	ERRADO
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

	CERTO	ERRADO
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		
76		
77		
78		
79		
80		
81		
82		
83		
84		
85		
86		
87		
88		
89		
90		

	CERTO	ERRADO
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		
99		
100		
101		
102		
103		
104		
105		
106		
107		
108		
109		
110		
111		
112		
113		
114		
115		
116		
117		
118		
119		
120		

## TEXTO I

Sobre o Ministério Público da União

O Ministério Público abrange:

1 - O Ministério Público da União (MPU) compreende os seguintes ramos: a) O Ministério Público Federal (MPF); b) O Ministério Público do Trabalho (MPT); c) O Ministério Público Militar (MPM); d) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

2 - Os Ministérios Públicos dos Estados (MPE).

A organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União divergem do Ministério Público dos Estados. Enquanto o MPU é regido pela Lei Complementar nº 75/1993, o MPE rege-se pela Lei nº 8.625/1993.

Ao MPU é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira. Sendo as carreiras dos membros dos diferentes ramos independentes entre si. Dessa forma, para ser membro do MPF, deve-se prestar concurso público para o MPF.

Para ser membro do MPT, deve-se prestar concurso para o MPT, e assim por diante. Quanto à carreira técnico-administrativa, esta é única para todo o MPU. O candidato presta concurso público para o MPU e pode ser lotado em qualquer um dos ramos.

(<http://www.mpu.mp.br/navegacao/institucional>)

Com relação às ideias e aos sentidos do texto I, julgue os próximos itens.

1. Conclui-se do texto que o Ministério Público dos Estados é uma subdivisão do Ministério Público da União.

2. Segundo o texto, o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados são regidos por leis complementares distintas.

3. Infere-se do texto que o ingresso na carreira como membro do Ministério Público Militar pressupõe participação no concurso para o MPM.

4. Embora possuam as mesmas atribuições, o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados possuem organização e estatutos diferentes.

5. Sem prejuízo à correção gramatical ou ao sentido do texto, o ponto final que precede a forma verbal "Sendo" (I.12) poderia, com a devida adaptação na letra maiúscula, ser substituído por vírgula.

6. Conclui-se do texto que a forma verbal "pode" (I.17) foi usada no sentido de "é possível".

7. O acento grave usado em "Quanto à carreira..." (I.16) deveria ser mantido, caso se substituísse o vocábulo "Quanto" pela expressão "Em relação..."

8. Segundo as relações de coesão interna do texto, o pronome "esta" (I.16) foi empregado com valor anafórico.

---

## TEXTO II

O QUE O MPU FAZ?

São atribuições do Ministério Público da União:

- a) defesa da ordem jurídica, ou seja, o Ministério Público deve zelar pela observância e pelo cumprimento da lei. FISCAL DA LEI, atividade interveniente.
- b) defesa do patrimônio nacional, do patrimônio público e social, do patrimônio cultural, do meio ambiente, dos direitos e interesses da coletividade, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso. DEFENSOR DO POVO.
- c) defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) controle externo da atividade policial. Trata-se da investigação de crimes, da requisição de instauração de inquéritos policiais, da promoção pela responsabilização dos culpados, do combate à tortura e aos meios ilícitos de provas, entre outras possibilidades de atuação. Os membros do MPU têm liberdade de ação tanto para pedir a absolvição do réu quanto para acusá-lo.

(<http://www.mpu.mp.br/navegacao/institucional>)

Julgue os próximos itens, a respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto II.

9. O texto tem natureza predominantemente expositiva.

10. Caso o termo "da investigação de crimes" (I.9) fosse substituído por "das investigações de crimes", a forma verbal "trata" (I.9) deveria ser mantida no singular.

11. Infere-se do texto que o Ministério Público da União possui a prerrogativa não só de fiscalizar e punir membros de corporações militares, mas também de pedir a absolvição do réu.

12. Haveria prejuízo à correção gramatical caso se substituíssem os pontos finais que sucedem as palavras "interveniente" (I.3), "POVO" (I.7) e "indisponíveis" (I.8) por ponto e vírgula.

13. A forma pronominal "lo" em "acusá-lo" (I.13) tem como referente o substantivo "réu" e funciona como complemento.

14. Os termos "do patrimônio nacional" (I.4), "do patrimônio público e social" (I.4), "do patrimônio cultural" (I.4-5), "do meio ambiente" (I.5), "dos direitos" (I.5) e "da coletividade" (I.5) exercem a mesma função sintática.

15. O acento indicativo de crase em "à tortura" (I.11) é obrigatório e sua supressão prejudicaria o paralelismo presente na construção do trecho.

---

## TEXTO III

Minha dentista, também uma querida amiga, perguntou-me: "Paulo, como é viver na orfanade?" Respondi que é difícil: dói. Penso em meus pais todos os dias, para não dizer todas as horas. Mas, no momento em que a dra. Suely fez essa pergunta, pensei em José Monir Nasser. O professor Monir, como todos o chamavam, morreu no dia 16 de março, aos 56 anos, em Curitiba.

Monir foi o pai intelectual de um sem-número de pessoas. Empresários, estudantes, professores, economistas, profissionais liberais, presidentes de entidades, jornalistas - todos se tornavam alunos diante dele. Era um educador no sentido verdadeiro da palavra, se pensarmos que a palavra educar vem do latim *ex ducare*, conduzir para fora. Suas aulas sobre literatura, filosofia e desenvolvimento econômico literalmente conduziam os ouvintes para fora da caverna da ignorância, mostrando-lhes a luz pura e espiritual do conhecimento. Luz que emanava dos grandes clássicos: Aristóteles, Platão, Santo Agostinho, Boécio, Dante, Shakespeare, Dostoiévski, Kafka, Chesterton.

Virgílio de tantos pequenos Dantes, que antes de conhecê-lo não conheciam a comédia das próprias vidas, ele comprovou que o mundo da criação literária e o mundo da criação de riquezas não estão separados, mas fazem parte de um mesmo princípio, essencialmente espiritual. Uma de suas frases - e ele era um frasista genial - ilustra esse pensamento: "Uma sociedade não pode ser rica

20 antes de ser inteligente. Não pode existir uma economia realmente sólida e desenvolvida sem que haja uma elite cultural voltada para os bens espirituais, capaz de guiar, julgar e interpretar os esforços da comunidade”.

Era um crítico impiedoso do sistema educacional brasileiro – esse mesmo sistema que dá nota máxima a redações com erros primários de ortografia e concordância. Em uma de suas palestras, sentenciou: “O que chamamos de educação é, na verdade, ensino. E esse ensino não passa de uma distribuição de promoções sociais em forma de diplomas, na qual ninguém acha que vai aprender coisa alguma”.

Um padre amigo costuma dizer que a vida humana é sustentada por dois pulmões: a fé e a cultura. Monir sabia muito bem disso. No sábado passado, uma empresária aluna (ele não tinha “ex-alunos”) lembrou-se de um episódio em que se queixava ao professor das dores e dramas da vida cotidiana. Monir respondera à empresária, com um sorriso: “Neste mundo não vamos encontrar a tranquilidade. A paz definitiva só existe no Céu”.

35 Minutos depois de a aluna ter recordado esse episódio, José Monir Nasser fez a sua passagem definitiva. Deixou muitos órfãos – inclusive o autor destas linhas, que nunca o encontrou pessoalmente, mas leu e ouviu suas palavras de mestre.

Obrigado, professor Monir. O nome do meu pai é Paulo Lourenço e ele gosta de falar sobre literatura russa.

Por Paulo Brigueot - Crônica publicada no jornal Gazeta do Povo.

No que se refere aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto III, julgue os itens que se seguem.

16. Segundo o autor do texto III, uma sociedade precisa primeiro ser inteligente, para depois ser rica. Com isso, quer dizer que a inteligência do povo é uma premissa para o desenvolvimento de uma nação.

17. É possível inferir do texto que o conceito de “educação”, considerado pelo professor como equivocado, é difundido de forma geral, conforme se sugere pelo uso da forma verbal “chamamos”.

18. O sujeito da forma “Era” (l.8) está elíptico e se refere a José Monir Nasser.

19. O pronome indefinido “todos” (l.8) funciona como elemento coesivo e refere-se, com efeito resumitivo, à enumeração “Empresários, estudantes, professores, economistas, profissionais liberais, presidentes de entidades, jornalistas” (l.6-8).

20. A partícula “se” empregada em “queixava-se” recebe a mesma classificação que em “lembrou-se”.

## Legislação Aplicada ao MPU e ao CNMP

**Prof. Tiaqo Zanolla**

21. Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público é um ente permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

22. O Ministério Público é essencial à função jurisdicional do Estado, entretanto, a disposição constitucional acerca de sua existência não é cláusula pétrea, podendo, assim, sua existência ser suprimida por Emenda Constitucional.

23. O Ministério Público do Estado de São Paulo integra o Ministério Público.

24. Fazem parte da estrutura do Ministério Público da União o Ministério Público do Distrito Federal e Território e o Ministério Público Militar.

25. Compete ao Ministério Público Federal exercer, no que couber, junto à Justiça Eleitoral, as funções do Ministério Público, atuando em todas as fases e instâncias do processo eleitoral.

26. Com carreiras independentes entre si, cada um dos ramos do Ministério Público da União, inclusive o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público Militar, farão concurso próprio para provimento de seus membros.

27. Em atenção ao princípio do paralelismo das formas, o PGR só pode deixar o cargo por iniciativa do Presidente da República com aprovação por maioria absoluta do Senado Federal.

28. O Procurador-Geral do Trabalho e o Procurador-Geral da Justiça Militar, Chefes do MPM e do MPT, respectivamente, são nomeados pelo Procurador-Geral da República, dentre membros das respectivas carreiras.

29. O Procurador-Geral da República designará, exclusivamente dentre os Subprocuradores-Gerais da República e mediante prévia aprovação do nome pelo Conselho Superior, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão para exercer as funções do ofício pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova decisão do Conselho Superior.

30. Compete ao Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público Federal, propor ao Conselho Superior a exoneração de membro do Ministério Público Federal que não cumprir as condições do estágio probatório

31. Os Subprocuradores-Gerais da República serão designados para officiar junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior Eleitoral e nas Câmaras de Coordenação e Revisão.

32. O Ministério Público Federal tem legitimação para propor, perante o juízo competente, as ações para declarar ou decretar a nulidade de negócios jurídicos ou atos da administração pública, infringentes de vedações legais destinadas a proteger a normalidade e a legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou o abuso do poder político ou administrativo.

33. Além do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o Procurador-Geral poderá designar, por necessidade de serviço, membros do Ministério Público Federal para officiarem, com sua aprovação, perante o Tribunal Superior Eleitoral.

**34.** O Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União, sob a presidência do Procurador-Geral da República será integrado pelo Vice-Procurador-Geral da República, pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Procurador-Geral da Justiça Militar e pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

**35.** O pessoal dos serviços auxiliares do Ministério Público da União será organizado em quadro próprio de carreira, sob regime estatutário, para apoio técnico-administrativo adequado às atividades específicas da Instituição.

**36.** As funções do Ministério Público da União só podem ser exercidas por integrantes da respectiva carreira, que deverão residir onde estiverem lotados.

**37.** Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

**38.** O CNMP é órgão de controle dos atos administrativos e funcionais praticados pelo MP.

**39.** O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil integra o Conselho Nacional do Ministério Público.

**40.** É vedado aos membros do Ministério Público exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

### ***Acessibilidade – Prof. Ricardo Torques***

Em relação à Lei 13.146/2015, julgue os itens subsecutivos:

**41.** O atendente pessoal é a pessoa que presta auxílio à pessoa com deficiência, de forma permanente ou temporária, remunerada ou não, a exemplo do farmacêutico contratado pela família para prestar auxílio à pessoa com limitação de longo prazo.

**42.** Em caso de suspeita ou de confirmação, na rede de atendimento à saúde, de violência praticada contra pessoa com deficiência, devem ser obrigatoriamente notificados: a autoridade policial, o Ministério Público e o Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

**43.** É vedado ao Poder Público a instituição de programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo para pessoa com deficiência, competindo tão somente buscar a maximização direito ao trabalho de livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

**44.** Os hotéis devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os

meios de acessibilidade. Quanto aos hotéis já existentes deverão ser adaptados para disponibilizar, pelo menos, 10% de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 unidade acessível.

**45.** É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida. Para tanto, o poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 2 anos, entre outras finalidades para facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva.

### ***Ética no Serviço Público*** ***Prof. Herbert Almeida***

João exerce mandato eletivo em determinado órgão público. Ele recebeu, durante o primeiro mandato, vantagem em dinheiro da empresa Gastando Dinheiro dos Outros S/A para intermediar a liberação de recurso público para a realização de um projeto. Após cumprir o primeiro mandato, João foi reeleito para mais quatro anos.

**46.** Em que pese a conduta de João constitua ato de improbidade, ele não poderá responder, uma vez que exerce mandato eletivo.

**47.** O prazo prescricional de eventual ação de improbidade contra João conta do término do primeiro mandato.

**48.** Para a configuração do ato de improbidade, bastaria a demonstração de conduta culposa, elemento suficiente para o ato que importa enriquecimento ilícito.

### ***Ética no Serviço Público*** ***Prof. Paulo Guimarães***

**49.** A ética é um ramo da Filosofia, uma ciência, que tem por objeto o estudo da Moral.

**50.** O Código de Conduta do MPU, estabelecido pela Portaria PGR/MPU 98/2017 é aplicável apenas aos servidores e membros do MPU e da ESMPU, não sendo aplicável aos demais colaboradores que prestem serviço nesses órgãos.

## **Direito Constitucional - Prof. Ricardo Vale**

**51. Situação hipotética:** Rodolfo, juiz federal há 5 anos, se envolve em escândalo de corrupção envolvendo construtoras que se beneficiaram de sentenças por ele proferidas.

**Assertiva:** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) poderá, após o regular processo administrativo, aplicar a Rodolfo a penalidade de perda do cargo.

---

**Acerca das competências dos órgãos do Poder Judiciário, analise as assertivas a seguir.**

**52.** O Supremo Tribunal Federal (STF) tem competência para processar e julgar, originariamente, os crimes políticos.

**53.** O Supremo Tribunal Federal (STF) não tem competência para processar e julgar as ações contra deliberações negativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**54.** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

---

**Acerca do Poder Legislativo, analise as assertivas a seguir:**

**55.** As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

**56.** O Supremo Tribunal Federal (STF) somente poderá receber denúncia contra Deputado Federal ou Senador após autorização da respectiva Casa Legislativa. Após recebida a denúncia pelo STF, a Casa Legislativa poderá sustar o andamento da ação penal.

**57.** É competência privativa da Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa.

---

**Julgue os itens a seguir sobre os direitos e garantias fundamentais:**

**58.** O cancelamento da naturalização, por deliberação administrativa do Ministério da Justiça, se dá em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

**59.** A prisão após condenação criminal em segunda instância implica na suspensão dos direitos políticos.

**60.** Segundo o STF, o ensino religioso nas escolas públicas, de matrícula facultativa, pode ter caráter confessional.

**61.** É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

**Julgue os itens a seguir sobre o Poder Executivo:**

**62.** O Presidente da República poderá dispor, mediante decreto autônomo, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, ocupados ou não.

**63.** O Presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República a competência para prover cargos públicos federais, na forma da lei.

---

**Julgue os itens a seguir a respeito das disposições constitucionais sobre o Ministério Público:**

**64.** O Presidente da República poderá, por ato próprio e independentemente de qualquer manifestação do Poder Legislativo, destituir o Procurador-Geral da República.

**65.** Dentre as funções institucionais do Ministério Público está a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

## **Direito Administrativo - Prof. Herbert Almeida**

**Sobre a organização, princípios e poderes administrativos, julgue os itens abaixo.**

**66.** O contrato de delegação de serviços públicos constitui modalidade de descentralização por serviços, pois permite que os serviços públicos sejam prestados por terceiros.

**67.** A anulação dos atos administrativos pode ser realizada pela administração pública, mediante autotutela, produzindo efeitos *ex tunc*.

**68.** O poder de polícia originário é aquele prestado pelos órgãos da administração direta, enquanto o poder de polícia delegado é aquele prestado, em regra, por entidades administrativas de direito público.

---

**A respeito das licitações públicas, julgue os itens a seguir.**

69. Será dispensável a licitação pública para a construção de estabelecimento penal, desde que configurada situação de grave e iminente risco à segurança pública e o orçamento estimado não ultrapasse R\$ 3.300.000,00 (três milhões, trezentos e trinta mil reais).

70. A comissão de licitação será formada, em sua maioria, por servidores públicos servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da administração responsáveis pela licitação.

71. A designação do pregoeiro e da sua equipe de apoio constitui o primeiro ato da fase externa do pregão.

72. O registro de preços será processado nas modalidades pregão ou concorrência, admitindo-se, neste último caso, a utilização do tipo de licitação de técnica e preço, mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

---

**Sobre os atos, poderes e processos administrativos, julgue os itens abaixo.**

73. A competência é o conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos, devidamente fixadas no direito positivo. Assim, com fundamento no princípio da legalidade, um órgão público não pode, por si próprio, estabelecer as suas atribuições.

74. É competência privativa do Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração pública, desde que não implique aumento de despesa ou criação ou extinção de órgão público, sendo tal competência delegável a determinadas autoridades.

75. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

76. Desde que previsto em lei, será constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

---

**A respeito do regime jurídico dos servidores públicos e das normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos, julgue os itens a seguir.**

77. **Situação hipotética:** Joana e Pedro são servidores públicos federais, são casados e residem e trabalham no mesmo município. Após algum tempo de estudo, Joana foi nomeada para outro cargo público federal, para o qual foi aprovada em concurso público. Contudo, o órgão do novo cargo ficava em outro Estado da Federação. **Assertiva:**

dado o princípio da unidade familiar, assegura-se a Pedro o direito de ser removido para o município de exercício do novo cargo de Joana.

78. A reversão de ofício independe de cargo vago.

79. Um servidor que responder pelo mesmo fato no âmbito penal e administrativo não poderá ser responsabilizado neste último se for absolvido naquele por ausência de prova.

80. Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais, em razão de conteúdo que viole valores constitucionais

### **Noções de Administração – Prof. Carlos Xavier**

81. A administração patrimonialista caracteriza-se pela ausência de carreiras administrativas.

82. Os princípios preconizados pela Teoria Científica, de Fayol, são o planejamento, o preparo, a execução e o controle.

83. Um dos benefícios da adoção no modelo FNQ (Fundação Nacional da Qualidade) nas organizações é a promoção da competitividade e sustentabilidade.

84. O Modelo de Excelência em Gestão (MEG) prescreve práticas de gestão para instituições públicas.

85. Decisões estratégicas são tipicamente decisões não estruturadas, envolvendo situações de decisão onde não é possível especificar de antemão os procedimentos de decisões a serem seguidos.

86. Um projeto constitui-se de um conjunto de atividades interdependentes que transformam entradas em saídas com o objetivo de gerar valor para um cliente.

87. O Guia PMBOK é um conjunto de conhecimentos com conceitos e melhores práticas de gestão de projetos que podem ser associadas a metodologias prescritivas, como o ZOPP e PRINCE2.

88. Tendo em vista que o planejamento estratégico abarca a organização como um todo, é correto afirmar que ele é baseado no tático e no operacional.

89. Entre os elementos avaliados na matriz BCG, estão os pontos fortes, os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades.

90. A cultura é o conjunto de percepções experimentadas pelos membros da organização, podendo ser classificada em favorável e não favorável.

**91.** Segundo Abraham Maslow, psicólogo norte-americano, as necessidades fisiológicas, de segurança e sociais são consideradas de nível inferior.

**92.** O desempenho do funcionário é diretamente proporcional à dificuldade dos objetivos estabelecidos pela organização, desde que o funcionário se comprometa com os mesmos.

**93.** O método avaliação de desempenho conhecido como checklist foi criado para acabar com a subjetividade do método de escala gráfica.

**94.** A liderança se caracteriza por um modo de influenciar pessoas, seja de forma autocrática, democrática ou liberal. No estilo liberal, as decisões são coordenadas pelo líder, o qual ajuda na definição do problema e incentiva a equipe a desenvolver objetivos e ações organizacionais.

**95.** Liderança carismática é baseada no carisma inato do líder, sendo de difícil desenvolvimento.

**96.** A atividade de descrição de cargos é um processo de aplicar pessoas e consiste em enumerar atribuições e tarefas que compõe um cargo.

**97.** No processo de seleção, uma entrevista comportamental caracteriza-se por questionar o candidato a respeito de como seria seu comportamento em determinada situação crítica que a organização poderia vir a enfrentar.

**98.** De acordo com os níveis de avaliação de um processo de treinamento, pode-se avaliar o treinamento em termos de reação, aprendizado, comportamento e resultado.

**99.** A conversão do conhecimento tácito em explícito ocorre por meio da externalização e ocorre, por exemplo, por meio da escrita.

**100.** Embora o setor público possua determinadas limitações legais no que diz respeito à implementação de remuneração por competências, existe, atualmente, a possibilidade de recebimento de valores variáveis atrelados ao desempenho apresentado pelo servidor.

### *Arquivologia – Prof. Carlos Xavier*

**101.** Arquivos são baseados em coleções de documentos obtidos de diferentes fontes, tendo finalidade cultural, didática, técnica e científica.

**102.** Um fundo é constituído pelo conjunto de documentos de acumulação orgânica.

**103.** A juntada de documentos se dá por meio da apensação (de caráter provisório) e da anexação (de caráter permanente).

**104.** A Teoria das Três Idades propõe a existência de arquivos correntes, intermediários e permanentes.

**105.** O princípio da pertinência temática propõe que os arquivos sejam organizados de acordo com o respeito aos fundos.

### *Administração Financeira Orçamentária Prof. Sérgio Mendes*

**106.** A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração predeterminada.

**107.** Com relação ao Orçamento Público no Brasil, a lei dos orçamentos anuais é o instrumento utilizado para a conseqüente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao atendimento e bem-estar da coletividade.

**108.** Suponha que o Chefe do Executivo tenha encaminhado à Assembleia Legislativa projeto da lei orçamentária relativa ao exercício de 2019 e que o mesmo contenha, entre as dotações consignadas, uma de caráter global destinada a suportar possíveis majorações de custos em contratos de infraestrutura em curso. Considerando os preceitos constitucionais e legais que regem o orçamento público, bem como os princípios que o informam, tal circunstância afigura-se inadequada, pois afronta o princípio da discriminação ou especialização, que veda o estabelecimento de dotações inespecíficas.

**109.** O princípio orçamentário, o qual estabelece que a Lei Orçamentária Anual – LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público é denominado de totalidade.

**110.** A execução do orçamento do MPU necessitou da abertura de crédito adicional para reforço de dotação orçamentária. Nesse caso, deverá ser aberto um crédito especial, autorizado por decreto do executivo.

**111.** Compatibiliza-se com as normas da Constituição Federal em matéria orçamentária a edição de lei complementar federal proibindo que a lei orçamentária de todos os entes da Federação autorize a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito por antecipação de receita.

**112.** As seguintes informações referentes à receita orçamentária realizada no exercício financeiro de 2017 foram extraídas do Balanço Orçamentário de uma determinada entidade pública, em reais:



– Alienação de Bens Móveis .....	200.000,00
– Amortização de Empréstimos Concedidos .....	155.000,00
– Contribuição de Melhoria .....	65.000,00
– Operações de Crédito Internas.....	240.000,00
– Receitas de Multas .....	50.000,00
– Receitas Imobiliárias .....	600.000,00
– Serviços de Transporte .....	50.300,00
– Serviços Financeiros.....	7.300,00

Os totais da receita orçamentária de capital realizada no exercício financeiro de 2017 foram de 595.000,00 reais.

**113.** O valor dos recursos recebidos por meio de cota-parte do fundo de participação dos Estados e do Distrito Federal, sob o aspecto orçamentário, é classificado na origem da receita corrente em outras receitas correntes.

**114.** De acordo com Lei de Responsabilidade Fiscal, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade durante todo o exercício, no respectivo poder legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.

**115.** De acordo com as disposições da Constituição Federal que disciplinam os Orçamentos, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital é vedada, salvo quando aprovada mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

**Promoção da Igualdade Racial**  
**Prof. Ricardo Torques**

**A respeito da Lei nº 12.288/2010, que disciplina o Estatuto da Igualdade Racial, julgue os itens seguintes:**

**116.** O Poder Público incentivará estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, a inserir, por iniciativa da direção escolar, o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil no projeto pedagógico.

**117.** Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

---

**De acordo com a Lei 10.639/2003, julgue o item seguinte:**

**118.** É considerado feriado nacional o dia 20 de novembro, denominado ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

---

**A respeito da Lei 12.990/2014, julgue o item seguinte:**

**119.** A reserva de vagas para negros em concurso público será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 5.

---

**A respeito da Resolução CNMP 170/2017, julgue o item seguinte:**

**120.** Não obstante seja adotado o critério da auto-atribuição, o candidato, aprovado no concurso do MPU, não será considerado enquadrado na condição de negro quando não comparecer à entrevista, não assinar a declaração e por maioria, os integrantes da Comissão considerarem que o candidato não atendeu à condição de pessoa negra.

**ANOTAÇÕES**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---